

ACUMULAÇÃO INTEGRAL E LUMPEMPROLETARIZAÇÃO NO BRASIL.

Lisandro Rodrigues de Almeida BRAGA; Nildo Silva VIANA.

Programa de pós-graduação em sociologia/Mestrado.

lisandrobraga@hotmail.com

Palavras-chaves: Regime de acumulação integral; neoliberalismo; lumpemproletarização; capitalismo subordinado.

Está pesquisa pretende compreender o regime de acumulação integral, assim como sua dinâmica e seu processo de lumpemproletarização no Brasil. Para isso, Ao invés de realizarmos um amplo e profundo debate sobre os diversos teóricos que se dedicaram a analisar os regimes de acumulação (BENAKOUCHE, 1980; HARVEY, 2008 etc.) e o desenvolvimento capitalista (ROSTOW, 1974; SWEEZY, 1976 etc.) optamos por adotar a concepção e definição de regime de acumulação desenvolvida pelo sociólogo Nildo Viana em sua obra *O capitalismo na era da acumulação integral* (2009) e analisarmos nosso objeto de estudo a partir desse referencial teórico. Isto, no entanto, não nos impossibilita de ora ou outra, de acordo com as necessidades de nossa análise, recorrer a esse ou aquele teórico com o intuito de enriquecer nosso trabalho a partir das suas diversas contribuições, assim como debater e discordar, quando necessário, dos mesmos.

O regime de acumulação integral é fruto da resposta capitalista à crise do final da década de 1960 e início da década de 1970, provocada pela tendência declinante da taxa de lucro e marcada pela radicalização das lutas estudantis e operárias na França, Alemanha e Itália, bem como pelo movimento de contracultura e pelo movimento pacifista nos EUA que foram responsáveis por promover a primeira rachadura no regime de acumulação intensivo-extensivo que, já no início da década de 80, entra em colapso (VIANA, 2003, 2009; HARVEY, 2008).

Com a contínua queda na taxa de lucro entre as décadas de 1960 e 1970, o capitalismo precisou encontrar soluções para a crise e isso levou ao

engendramento de um novo regime de acumulação marcado pelo aumento da exploração nos países imperialistas e, também, nos países subordinados, tanto no aumento da extração de mais-valor relativo (avanço tecnológico na produção, organização científica do trabalho etc.), assim como na extração de mais-valor absoluto (expansão das jornadas de trabalho via hora-extras). Ou seja, tal regime se afirmará em um processo de acumulação de capital integral.

Segundo Viana (2009), um regime de acumulação é caracterizado pelo desenvolvimento do capitalismo em determinados períodos históricos, sendo constituído por: a) formas determinadas de processo de valorização (taylorismo, fordismo, toyotismo e similares); b) formas de organização estatal (Estado liberal, liberal-democrático, do “bem-estar social” e neoliberal); c) formas específicas de exploração internacional (neocolonialismo, imperialismo, neoimperialismo). Em nossa pesquisa todos os elementos constituintes dessa tríplice, no regime de acumulação integral, serão analisados visando compreender a totalidade das determinações que envolvem o processo de lumpemproletarização, tanto em países de capitalismo imperialista, quanto em países de capitalismo subordinado, como é o caso do Brasil.

O toyotismo, entendido como determinada forma de valorização do capital pelo trabalho, representa uma adaptação do taylorismo à nova fase do capitalismo, no período de vigência do regime de acumulação integral, expressando uma ofensiva do capital contra a tendência declinante da taxa de lucro. Isto tem representado para a classe trabalhadora um processo de exploração integral visto que no processo de produção, e derivado da sua condição atual, tem promovido uma extensão das jornadas de trabalho, uma intensificação alucinante do ritmo de trabalho, ampliação da psicopatologia do trabalho etc. Isso para mencionarmos apenas as conseqüências diretas da produção de mais-valor, fora as demais conseqüências, tais como, o crescente processo de lumpemproletarização (comprovado com o crescimento generalizado do desemprego em escala global e de um empobrecimento de parcela crescente da população mundial) e a criminalização de suas vítimas pelo Estado Penal etc. (WACQUANT, 2001; BRAGA, 2010).

Em nossa análise adotamos o conceito de *formas de regularização das relações sociais*¹ que engloba, assim como na concepção de Marx, o estado, as instituições estatais e privadas, as normas legais, a sociabilidade, as ideologias e a cultura em geral etc. que procuram tornar regular, além da produção, as relações sociais oriundas do modo de produção capitalista. Nesse sentido, afirmamos que todo regime de acumulação vem acompanhado de determinadas *formas de regularização das relações sociais* e da produção que lhe são próprias. É a partir dessa compreensão que analisaremos a principal forma de regularização das relações sociais do regime de acumulação integral que, nesse caso, consiste no Estado neoliberal.

O Estado neoliberal emerge como um complemento que atenda as novas necessidades do capital, pois o combate à tendência declinante da taxa de lucro passa pela criação de condições para o aumento da extração de mais-valor e isto só seria possível ampliando a extração tanto em escala nacional quanto em escala internacional, ou seja, ampliando a exploração de forma integral. Desse modo, o Estado neoliberal complementa o processo de “reestruturação produtiva” criando as condições institucionais indispensáveis para o aumento da acumulação capitalista. Por conseguinte, o Estado neoliberal cria as condições “legais” para a construção de um mundo de “exploração sem limites” (BOURDIEU, 1998).

Com o intuito de compreender o processo de lumpemproletarização no Brasil, país de capitalismo subordinado ao capitalismo imperialista, iremos analisar a terceira e última parte constituinte de um regime de acumulação, isto é, o *neoimperialismo*. Uma das principais características do capitalismo subordinado é ter seu capital nacional e o Estado submetido ao domínio do capital transnacional, já nos Estados imperialistas o capital nacional exerce proeminência sobre o capital transnacional. No capitalismo subordinado seus capitais são limitados, exercendo de forma bastante tímida qualquer domínio fora de suas fronteiras nacionais. Já nos países de capitalismo imperialista o capital nacional é transnacional e sobrepuja o mundo inteiro.

É importante destacar que os organismos internacionais compõem o processo de regularização da exploração internacional e que com a mudança

¹ Sobre a teoria das formas de regularização das relações sociais Cf. (VIANA, 2007).

para o regime de acumulação integral suas estratégias sofrem alterações. O Banco Mundial nos fornece um exemplo claro de tais alterações, pois enquanto no regime de acumulação anterior ele cumpria o papel de providenciar investimentos, no regime de acumulação integral ele passa a exercer o papel de “guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por assegurar o pagamento da dívida externa e por empreender a reestruturação e abertura’ do capitalismo subordinado” (SOARES apud VIANA, 2009, p. 111). No fundo, o que as organizações internacionais têm promovido é a coação dos países subordinados no sentido dos mesmos aprofundarem seu neoliberalismo, sua reestruturação produtiva e suas políticas internacionais em direção à construção de um “livre comércio”, para o capital transnacional é claro.

A partir de algumas leituras que realizamos até esse momento, acreditamos ser possível adiantar algumas conclusões. Dentre elas, existe uma que consideramos central em nossa análise: o processo de lumpemproletarização no regime de acumulação integral tende a ser mais intensificado nos países de capitalismo subordinado do que nos países imperialistas. Nesse sentido o caso argentino nos parece exemplar uma vez que na Argentina as contradições desse regime de acumulação integral surgem de forma quase imediata após a implantação do Estado neoliberal e de suas principais práticas, tais como a expansão das privatizações, a desregulamentação dos mercados e das relações de trabalho, ajustes fiscais e monetários etc. Juntamente com elas surgem suas conseqüências nefastas: precarização e intensificação do trabalho, ampliação da lumpemproletarização, da repressão, criminalização do lumpemproletariado e das suas manifestações (movimento piquetero) etc. (SVAMPA & PEREYRA, 2009; SAVAMPA, 2010; BONIFÁCIO, 2011).

No último momento desse trabalho analisaremos o processo de lumpemproletarização no Brasil pretendendo confirmar a conclusão apresentada acima, ou seja, a de que é possível generalizar para o Brasil, uma vez que esse também é um país de capitalismo subordinado, a afirmação segundo a qual o processo de lumpemproletarização nesse país também se dá de forma intensificada.

Referências bibliográficas:

BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação Mundial e Dependência*. Petrópolis, Vozes, 1980.

BONIFÁCIO, José Luis. *Protesta y organización – Los trabajadores desocupados en la provincia de Neuquén*. Buenos Aires: Editorial el colectivo, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *Regime de acumulação integral e criminalização do lumpemproletariado*. Revista Ciências Humanas, vol. 01, número 04, set./dez. 2010.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente – La Argentina bajo el signo Del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2010.

SVAMPA, Maristella & PEREYRA, Sebastián. *Entre La ruta y el barrio – La experiência de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

_____. *Estado, democracia e cidadania – a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. *A consciência da História – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Idéias e letras, 2009.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.